

Assessor do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território engenheiro João Cravinho (de Novembro de 1997 a Outubro de 1999).

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional Prof. Doutor Adriano Pimpão (de Outubro de 1995 a Novembro de 1997).

Chefe da Divisão de Estudos Regionais e director de serviços de Macroeconomia e Planeamento do Departamento de Prospectiva e Planeamento (ex-DCP), do Ministério do Planeamento e da Administração do Território (de Dezembro de 1990 a Outubro de 1995).

Técnico superior do Serviço de Estudos e Planeamento da ex-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (de Maio de 1986 a Dezembro de 1990).

Técnico superior do ex-Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento/Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial (de 1981 a 1986).

Consultoria a diversas instituições privadas (Augusto Mateus e Associados, CIRIUS, PARTEX, CIDEC, CEEETA, ECOFORUM, ...).

Principais estudos em que participou, nos últimos 10 anos:

Construção de matrizes de produção nacional e elaboração de estudos sobre a estrutura sectorial da economia portuguesa, sua evolução e factores de crescimento, entre 1995 e 1999.

Avaliação de impactes dos preços do petróleo e das taxas de câmbio do dólar sobre os preços internos.

Metodologia para a implementação da Conta Satélite do Turismo.

Avaliação do FAIA — Fundo de Apoio ao Investimento no Alentejo. Construção de sistemas de matrizes regionais de relações intersectoriais para os Açores (1998), para o Norte (1990), para o Alentejo (1990), para as cinco regiões plano portuguesas (1977) e para a República de Cabo Verde (1988).

Avaliação de impactes macroeconómicos dos QCA I e III.

Avaliação de impactes macroeconómicos nacionais e regionais de grandes projectos de investimento: da Comunidade Portuária de Sines e do Plano de Investimentos da Administração do Porto de Sines para 1994-1999, do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, para a Hidroprojecto.

Portugal 2010 — Posição no espaço europeu: uma reflexão prospectiva, no âmbito do DPP.

O III Quadro Comunitário de Apoio: desafios e oportunidades para as empresas portuguesas, onde foi responsável pelo capítulo «Estrutura espacial e políticas europeias para o espaço», para o CBI, no âmbito da A. Mateus e Associados.

Despacho n.º 250/2005 (2.ª série). — *Provimento do cargo de chefe de divisão da Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento.* — Para o preenchimento da vaga de chefe de divisão da Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, procedeu-se à publicitação da vaga na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 15 de Outubro de 2004, de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, tendo-se candidatado um único funcionário.

Analisado o *curriculum vitae* do candidato face ao perfil pretendido para o preenchimento do lugar e às competências da unidade orgânica para a qual foi feita a oferta de emprego, considera-se que o licenciado Pedro Paulo Branco Ramires Ferreira Nobre reúne as condições exigidas para o preenchimento do cargo de chefe de divisão do Departamento de Prospectiva e Planeamento.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio chefe de divisão, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o licenciado Pedro Paulo Branco Ramires Ferreira Nobre.

O licenciado em Organização e Gestão de Empresas Pedro Paulo Branco Ramires Ferreira Nobre é chefe de divisão em regime de substituição na Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento, exercendo funções de coordenação técnica nas áreas da preparação, gestão e avaliação do Programa de Investimento e Despesa de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC).

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

17 de Dezembro de 2004. — A Directora-Geral, *Alda de Caetano Carvalho*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Pedro Paulo Branco Ramires Ferreira Nobre;
Data de nascimento — 16 de Março de 1959;

Naturalidade — Lisboa;
Estado civil — casado.

Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em 1999.

Experiência profissional:

Desde Maio 2004 — chefe de divisão de Avaliação e Acompanhamento de Programas, em regime de substituição, no Departamento de Prospectiva e Planeamento, Direcção de Serviços de Investimentos no Sector Público Administrativo;

1998-2004 — no Departamento de Prospectiva e Planeamento com a categoria de técnico-profissional de 1.ª classe. Promovido a técnico superior estagiário em 15 de Dezembro de 1999, a técnico superior de 2.ª classe em 15 de Dezembro de 2000 e a técnico superior de 1.ª classe em 19 de Agosto de 2003. Desempenho de funções técnicas de natureza económico-financeira, no âmbito da preparação, gestão e acompanhamento da execução do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central;

1993 a 1997 — Na FINACOM — Serviços de Mensagens, S. A., empresa do sector das telecomunicações móveis, na área do *paging*, com a categoria de chefe de serviços, responsável pelo serviço de clientes;

1992 e 1993 — Na PETROGAL — Petróleos de Portugal, S. A., com a categoria de assessor III, funções de assistente comercial;

1990 a 1992 — Na Companhia Europeia de Seguros, na Direcção de Vida, Secção Vida Grupo, com a categoria de escriturário, nível x (primeiro-escriturário), funções de gestão de apólices;

1989 a 1990 — Na PETROGAL — Petróleos de Portugal, S. A., com a categoria de assessor II, funções de assistente comercial;

Ano lectivo de 1982-1983 — professor provisório do ensino secundário, na disciplina de Contabilidade Geral do curso geral de Administração e Comércio (4.º e 5.º anos), na Escola Secundária de Montemor-o-Novo;

1977 a 1989 — No Grupo de Fomento para a Substituição de Importações (GFSI), no Centro de Estudos de Planeamento/Instituto de Análise de Conjuntura e Estudos de Planeamento (CEP/IACEP), no Instituto Nacional de Estatística (INE) e no Departamento Central de Planeamento (actual Departamento de Prospectiva e Planeamento), com as categorias de técnico auxiliar de 2.ª classe e de 1.ª classe (promoção em 28 de Fevereiro de 1989 — *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 28 de Fevereiro de 1989).

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Contrato n.º 3/2005. — *Contrato-programa para a construção da biblioteca municipal de Fornos de Algodres.* — Aos 28 dias do mês de Novembro de 2004, entre a directora-geral das Autarquias Locais e o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da parte da administração central, e o município de Fornos de Algodres, representado pelo presidente da Câmara Municipal, é celebrado um contrato-programa de cooperação técnica e financeira, integrado no regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato-programa a construção da biblioteca municipal de Fornos de Algodres, cujo investimento elegível ascende a € 917 849.

Cláusula 2.ª

Período de vigência do contrato

O presente contrato produz efeitos a partir da sua assinatura e cessa em 31 de Dezembro de 2005.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações das partes contratantes

1 — Cabe aos serviços da administração central contratantes:

- Acompanhar a execução física e financeira dos trabalhos, verificar a colocação, no local de construção, de painel de divulgação do financiamento obtido, visar os autos de medição e verificar as facturas através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- Processar, através da Direcção-Geral das Autarquias Locais, a comparticipação financeira da administração central sobre os autos visados pela CCDR Centro e na proporção do finan-